



ATA DE REUNIÃO DE 15 DE JULHO DE 2025
FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA
PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. LOCAL E DATA

Data: 15 de julho de 2025

Horário: 14h às 17h

Local: on-line, plataforma zoom

II. PARTICIPANTES

1. **Alessandra Elias de Queiroga** – Procuradora de Justiça, Núcleo de Direitos Humanos do Ministério Público do DF
2. **Ana C. Silva Beserra da Silva** – ANPUH
3. **Cleidiane** – Advogada
4. **Daniela Greeb** – Instituto de Políticas Relacionais
5. **Deborah Duprat** – Subprocuradora-Geral da República aposentada
6. **Edmundo Antonio Dias** – Procuradoria da República em Minas Gerais (PR-MG)
7. **Elaine Moreira** – OBIND
8. **Ester** – CIMI
9. **Hanna Cibeles Lins Limulja** – Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas da UFRR
10. **Iorranis Moreira** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
11. **Julia Zucchi Natour** – SAJU / Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)
12. **Juliana Alcantara** – Instituto Vladimir Herzog
13. **Julio Zelic** – Armazém Memória
14. **Karine Agatha França** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
15. **Luma Prado** – Instituto Socioambiental (ISA)
16. **Manoel Lauro Volkmer de Castilho** – Ex-Corregedor-Geral da Justiça Federal (1997–1999) e ex-Vice-Presidente do TRF (1999–2001), aposentado desde 2003
17. **Marco Antônio Delfino de Almeida** – Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul (PPR-MS)
18. **Marlon Alberto Weichert** – Procuradoria da República – PPR3





19. **Paula Capriglione** – Armazém Memória
20. **Paulino Montejo** – APIB
21. **Paulo Abrão** – Washington Brazil Office (WBO)
22. **Paulo Machado Guimarães** – Advogado
23. **Rafael Chaves Nakamura** – Centro de Trabalho Indigenista (CTI)
24. **Rafael Pacheco** – Instituto de Políticas Relacionais
25. **Rodrigo Deodato** – Organização das Nações Unidas – Direitos Humanos
26. **Rubens Valente** – Jornalista / Colunista da @agenciapublica
27. **Rute Mikaele Pacheco da Silva** – Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
28. **Stephen Grant Baines** – Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
29. **Tatiana Klein** – Instituto Socioambiental (ISA)
30. **Vanessa Labigalini** – Instituto de Políticas Relacionais

III. PAUTA

1. Informes Gerais
2. Compartilhamento dos Grupos de Trabalho
3. Alinhamento para participação na corte interamericana de direitos humanos
4. Encaminhamentos dos próximos passos

IV. RESUMO

O Fórum abordou questões centrais relativas à memória, verdade, justiça e reparação para os povos indígenas. A plenária foi iniciada por Daniela Greeb, que destacou a importância da presença dos participantes e apresentou um panorama das atividades dos grupos de trabalho, como o levantamento de casos e a formulação da proposta para a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade.

A audiência do CIDH, marcada para 21 de julho, foi um dos principais temas da reunião. Foram discutidas a participação de representantes da sociedade civil, do Estado e de um especialista da ONU, bem como a estrutura da audiência. Cada petionário deverá dispor de cerca de sete minutos para suas intervenções, com foco na memória e nas violências sofridas pelos povos indígenas durante a ditadura militar.

Debateu-se também a redação do artigo que define o período de atuação da futura comissão. Marlon Alberto Weichert propôs que o recorte temporal não se limite ao período de 1946 a 1988, permitindo que os próprios povos indígenas indiquem os eventos mais





relevantes de sua trajetória histórica. Deborah Duprat destacou a necessidade de aprofundar a discussão sobre o marco temporal, enquanto Tatiane buscou construir um consenso sobre a delimitação do período de investigação. Foi sugerida ainda a inclusão de eventos como a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) em 1910, ressaltando a responsabilidade histórica do Estado brasileiro.

A composição da comissão foi outro ponto de destaque. Marlon defendeu uma estrutura plural, com a participação de indígenas e não indígenas, evitando que a carga de trabalho recaia exclusivamente sobre os representantes indígenas. A diversidade de gênero e raça foi apontada como critério essencial. Deborah Duprat reforçou a importância da participação do CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) no processo. Discutiu-se também a redação de dispositivos relativos à discriminação e à remoção forçada de povos indígenas de seus territórios, com consenso sobre a necessidade de uma linguagem clara e abrangente.

A reunião avançou ainda sobre propostas de políticas públicas para a reparação integral, com destaque para a construção de um plano nacional envolvendo diferentes ministérios. Daniela Greeb reforçou a urgência de finalização da minuta do decreto antes da plenária prevista para 19 de agosto e sugeriu uma nova reunião do GT2 em 5 de agosto.

Por fim, destacou-se a importância da participação ativa de representantes indígenas e a mobilização durante a visita do relator da ONU, como parte fundamental para o avanço das pautas do Fórum. A reunião foi encerrada com o compromisso coletivo de fortalecer a articulação, a comunicação e a organização entre os participantes, com vistas à consolidação dos direitos dos povos indígenas à memória, verdade e justiça.

V. ASSUNTOS TRATADOS

1. Informes e Planejamento da Plenária

- Apresentação dos informes dos GTs (GT1: levantamento de casos; GT2: proposta de criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade).
Destaque para a audiência do CIDH marcada para 21 de julho.





2. Preparativos para a Audiência do CIDH

- Planejamento da apresentação da proposta enviada.
Organização de ensaio com os peticionários.
Estrutura da audiência: 20 min para Sociedade Civil, 20 min para o Estado, 7 min para Especialista da ONU.
Orientações da ONU sobre discurso e tradução.

3. Discussão sobre o Marco Temporal e a Temporalidade da Comissão

- Propostas de flexibilização do marco de 1946-1988.
Sugestões para ampliar o período até antes de 1822, considerando o SPI (1910) e o período colonial.
Importância de permitir que os povos indígenas indiquem fatos relevantes.

4. Criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV)

- Discussão sobre a vinculação à Secretaria-Geral da Presidência versus MPI.
Necessidade de composição plural, com liderança indígena, diversidade de raça e gênero.
Inclusão de representantes do CNPI e possibilidade de alternância na coordenação.

5. Composição da CNIV e Critérios de Representação

- Debate sobre participação de servidores públicos.
Sugestão de alternância entre representantes indígenas e do Estado.

6. Redação de Dispositivos e Ato Normativo

- Necessidade de linguagem clara e abrangente.
Debate sobre detalhamento excessivo e risco de limitação interpretativa.
Inclusão de termos como “vestígios de coletivos desaparecidos”.





7. Poderes da Comissão

- Autonomia para requisitar informações e promover diligências. Debate sobre atribuições como busca de restos mortais e articulação com outras comissões.

8. Reparação Integral

- Proposta de construção de políticas públicas e normas jurídicas para a reparação. Discussão sobre tribunal especial (contestada por limites constitucionais).

9. Planejamento da Minuta do Decreto

- Definição de prazos e reuniões para finalizar o texto. Incidência na visita do relator da ONU (18 e 19 de agosto, em São Paulo).

10. Apresentações Finais

- Hanna Limulja: projeto sobre saúde das mulheres Yanomami e Iekwana. Karine França: pesquisa sobre criminologia verde e direitos humanos indígenas.

VI. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

- Registro de Presença: Silvana (Relacionais) será responsável por organizar a lista de presença.
- Compartilhamento da Proposta enviada à CIDH: Daniela Greeb ficou encarregada.
- Ensaio com Peticionários: Elaine e Marlon realizarão o ensaio online no dia 17 de julho.
- Envio de informações sobre a Plenária: Daniela enviará horário e link da plenária a todos os participantes.
- Redação do Ato Normativo: Marlon Alberto Weichert trabalhará na elaboração da proposta.





- Reunião do GT2 para revisão da redação: Será realizada no dia 5 de agosto, das 14h às 17h.
- Alternância na coordenação da comissão: Marlon incluirá essa sugestão no documento.
- Finalização da minuta do decreto: Marlon se comprometeu a concluir até a próxima semana.
- Envio do link da reunião de 5 de agosto: Ficará a cargo de Daniela Greeb (via secretaria).
- Links para acompanhamento da audiência da CDH em 21 de julho: Daniela se encarregará.
- Articulação com o relator da ONU: Marlon conversará com Akira sobre a programação da visita em agosto.

